

## Editorial n.º 16 – Subsídios

**Não se percebe** a trajectória dos subsídios nos diferentes OGE. O **Relatório de Execução de 2019** refere uma **despesa efectiva de 116 mil milhões**; o **OGE de 2020** revista **aumenta-a para quase o dobro (218 mil milhões)**; e, **para 2021, prevê-se uma redução de 23%**, para 167 mil milhões (todos os dados em Kwanzas de 2021). No Relatório de Fundamentação do OGE de 2021 diz-se: “Em 2021 deverá ser continuado o **processo de reforma dos subsídios que, em 2019, culminou com a conclusão da primeira fase da reforma**”. Ora, **o que se observa é um movimento errático que onde não se percebe o resultado de qualquer reforma coerente!**

**Os subsídios em geral, luz, água, transportes públicos, etc., devem ser imediatamente terminados porque o impacto sobre as populações mais desfavorecidas é quase nulo**, uma vez que essas pessoas pagam água de “bidon”, electricidade de gerador ou posto de transformação privado e se deslocam em táxis colectivos. Poderia perceber-se a manutenção destes subsídios se fosse para dar acesso a estes serviços à população mais pobre; mas, **por ironia, ela vive exactamente onde estes serviços não chegam! Portanto**, se queremos apoiar essas populações devemos **aumentar as transferências para as famílias**, direccionando o apoio do Estado para quem precisa mais, **pelo menos enquanto o acesso a estes serviços for tanto maior quanto maiores forem os rendimentos.**

A **situação actual, com largos períodos sem correcções nos preços seguidos de actualizações brutais não serve, nem às empresas, que vão acumulando prejuízos, nem à transparência fiscal**, que regista muitos desses custos em transferências de capital e aumentos de participações em vez de subsídios, e **muito menos aos consumidores** (cidadãos e empresas) que, de vez em quando, recebem um brutal choque nas suas finanças. **Seria benéfico** para todos que os **custos fossem actualizados regularmente, permitindo** aos consumidores **antecipar e adaptar** os seus **gastos**, através de uma **fórmula clara** onde aparecesse, de forma **explicita, a subvenção** do Estado, caso existisse!

Relativamente aos **subsídios aos combustíveis o problema é muito mais grave**: em primeiro lugar **porque são 1,3 biliões de Kwanzas e não 170 milhões!** Depois porque não estão em lado algum no OGE, o que implica que temos uma **despesa oculta de cerca de 4% do PIB Não-petrolífero!** e, finalmente, **porque afectam de forma generalizada toda a economia!**

Na verdade, os **subsídios aos combustíveis continuam** a pairar **no limbo** entre a Sonangol e a conta do Estado! Se os subsídios a combustíveis **totalizam entre 1,5 a 2,0 mil milhões de USD (entre 1,0 e 1,3 biliões de Kwanzas** com a taxa de câmbio a 665 AKZ/USD<sup>1</sup>), é evidente que não estão considerados no orçamento. Será que parte da diferença entre os fundos obtidos com o aumento da dívida, em 2019, e a despesa reportada no Relatório de Execução, no valor de 3 biliões de Kwanzas, foi substancialmente destinada a cobrir os subsídios aos combustíveis? **Porque os relatórios de execução não apresentam a execução? Porque os relatórios de fundamentação não fundamentam? Porque uma rubrica de cerca de 1,3 biliões (3% do PIB total) não aparece no OGE? Porque insistimos em manter uma despesa oculta deste montante?**

**Os subsídios a combustíveis afectam toda a cadeia de valor.** Não apenas porque **parte significativa da energia** da rede continua a ser produzida com combustíveis; como a energia consumida em muitas empresas provém de **geradores**; como todos os **serviços de transporte de mercadorias e pessoas consomem**, no nosso país, **combustíveis fósseis**; como os **tractores e barcos de pesca consomem combustível**; etc. A justificação do FMI para terminar com estes subsídios não resiste a uma crítica mínima: 1) **os subsídios não distorcem mais os preços do que a necessidade de usar geradores** como fonte de energia, **o estado das estradas**, a contratação de

<sup>1</sup> A taxa de câmbio de venda do USD a 31 de Dezembro de 2000 era de 663,768 AKZ/USD

empresas de **segurança privada ou a água de cisternas**; antes **pelo contrário**, contribuem para **compensar estas distorções**; 2) não vemos como um **“input fundamental”** como a energia **possa beneficiar mais os ricos**: o **problema não está nos V8 vs quadradinhos**, mas sim no **custo de TODA A PRODUÇÃO**, sem esquecer que **quem usa os táxis e compra produtos nacionais consome ao nível da sobrevivência** e, conseqüentemente, será **muito afectado por qualquer alteração dos preços**. **O problema é outro**. Trata-se de uma **despesa de 3% do PIB (4% do Não-petrolífero)**, absolutamente **insustentável para o nível de receita que o Estado consegue arrecadar** actualmente.

**Não há dinheiro! É esse o problema**. Portanto **estes subsídios vão terminar**, o que **irá afectar toda a economia nacional!** Esconder os problemas não os soluciona, antes pelo contrário!

Antes de mais, os subsídios aos combustíveis devem, de uma vez por todas, ser colocados, de forma clara, no OGE! E ser **reduzidos de forma faseada para evitar mais um choque brutal** à economia e ao nível de vida dos cidadãos. **Já foram suportados vários choques brutais**, todos **necessários do ponto de vista fiscal**, mas que podiam ter **impactos negativos muito menores na economia** (ou seja, no PIB, logo nas receitas fiscais) **se fossem conduzidos de forma disciplinada e gradual**: o **abandono da taxa de câmbio fixa** em Janeiro de 2018; a **liberalização cambial** que teve um impacto particularmente brutal por ter ocorrido **em simultâneo com a introdução do IVA** (em Outubro de 2019) e outros.

**É necessário que o fim dos subsídios aos combustíveis seja feito de forma gradual!**

**Propomos correcções mensais** ao longo de, pelo menos, **4 anos, a um ritmo de não mais de 1% do PIB Não-petrolífero por ano**, sendo **urgente iniciar o ajuste**. Na verdade, se o tivéssemos começado em 2018, já o estaríamos a terminar. O problema é que, como habitualmente, **os problemas não são discutidos e resolvidos** (nem sequer conhecemos o seu valor exacto), **vai-se “empurrando com a barriga” sem se tomarem decisões e depois faz-se tudo à bruta**.

Como diria um amigo: **“De noite, sonha! De manhã, manda executar!”**

Luanda, 24 de Janeiro de 2021

**CINVESTEC**